

A formação do leitor no Brasil: entre práticas e proibições

The Training of the Reader in Brazil: Between Practices and Prohibitions

Josuelene da Silva Souza*
Secretaria de Educação do Estado da Bahia - SEC-BA

Rubens Alves Edson Pereira*
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

419

RESUMO: Neste artigo iremos discutir sobre o processo de formação do leitor no Brasil, particularizando as formas limitadas de leitura praticadas durante o século XVIII e XIX. Que tipos de livros que ele lia durante o período de proibição, e a construção do sistema literário no Brasil em plena época de mudança do sistema colonial para a Independência. No primeiro momento, abordaremos a história dos livros proibidos na Colônia portuguesa e do incipiente leitor que existia nessa época e os livros que esse público tinha acesso. Para abordamos a história do leitor e da leitura no Brasil do século XVIII até o século XIX, usamos de amplas pesquisas que vão de Laurence Hallewell (2005) a Jorge de Souza Araujo (1999). Falaremos, também, sobre o sistema literário brasileiro para melhor entendermos a relação da tríade: autor, obra e leitor, em cogitação no cenário literário.

PALAVRAS CHAVE: Sistema literário. Formação de leitores. Livros. Proibições. Nacionalismo.

ABSTRACT: In this article we seek to make a historical and sociological discussion of the process of formation of the reader in Brazil, particularizing the limited forms of reading practiced during the nineteenth century. Objective is to discuss the formation of the reader's audience and the construction of the literary system in Brazil in the midst of changing the colonial system to Independence. In the first moment, we will discuss the history of forbidden books in the

* Mestra em Literatura e Diversidade Cultural pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

* Doutor em Literaturas de Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

Portuguese colony and the incipient reader that existed at that time and the books that this public had access to. In order to discuss the history of the reader and of reading in Brazil from the eighteenth century to the nineteenth century, we use extensive research ranging from Laurence Hallewell (2005) to Jorge de Souza Araujo (1999). Later, we will talk about the Brazilian literary system in order to better understand the relationship of the triad author, work and public predominant in the 19th century.

KEYWORDS: Literary System. Formation of the Reader. Books. Prohibitions. Nationalism.

Leitor, livros e proibições

Com a expansão dos livros e a popularização da leitura ao longo dos séculos XVIII e início do século XIX, os editores e livreiros queriam instaurar um mercado extensivo e lucrativo que alcançasse os países europeus e os países do Novo Mundo. No entanto, a leitura de livros não eruditos e não doutrinários foi considerada na época como perigosa à moral e à religião. Além de ter sido atestada como prejudicial à saúde do leitor, conforme prerrogativas médicas da época. Por essas e demais razões, em vários países, como em Portugal e em suas Colônias, a leitura de certos livros foi censurada e proibida.

420

A proibição de livros também aconteceu fortemente em Portugal. Muitos deles foram censurados pelo poder real e pela Igreja Católica, que controlavam a leitura de livros considerados desaconselháveis, como, por exemplo, os dos revolucionários franceses, ou de filósofos como Bacon, Galileu, Descartes ou Kant, considerados subversivos. Os livros destes e outros escritores foram proibidos de circular, tanto na Metrópole, quanto no Brasil.

A questão da censura régia da circulação de livros em Portugal e em suas colônias, entre o século XVI e o início do XIX, foi fortalecida com inovação da Mesa do Desembargo¹. Em relação a isso, a estudiosa Leila Mezan Algranti, em

¹ A censura de livros em Portugal antecedeu ao estabelecimento do Tribunal da Santa Inquisição, “mas intensificou-se a partir do surgimento desse tribunal em 1536” (ALGRANTI, 2004, p. 133). Leila Mezan Algranti comenta que, em 1536, foi “quando os temas religiosos passaram a necessitar da aprovação do Santo Ofício para serem impressos. Em 1564, após o

sua pesquisa *Livros de devoção, atos de censura: ensaios de história do livro e da leitura na América Portuguesa (1750-1821)*, elucida que a Mesa do Desembargo do Paço, em Portugal, passou por alguns ajustes a fim de que

Pudesse atuar a partir da colônia americana. Não era a primeira vez que isso acontecia na longa história da censura portuguesa, pois entre o século XVI, quando foi instituída, e o início do século XIX, ela havia passado por várias modificações e as mais profundas ocorreram em meados do século XVIII, durante a *administração pombalina* (ALGRANTI, 2004, p. 226, grifo nosso).

O objetivo do Marquês de Pombal era fortalecer a censura de livros para expandir o poder do governo português. A realeza, apreensiva com o que poderia acontecer com seu poder, como aconteceu com o Antigo Regime francês, iniciou uma severa política de censura de circulação de livros classificados pelos censores como “subversivos”. Em relação à nomeação dos censores, Algranti (2004) afirma que a censura era formada por eclesiásticos e por funcionários da Coroa Portuguesa. Em 5 de abril de 1768, instituiu-se, com autorização do Marquês de Pombal, a Real Mesa Censória, tendo como função fiscalizar a impressão e a circulação de livros no Reino, como também nas demais Colônias principalmente os livros que seriam enviados ao Brasil. Assim, o número de livros vindos de Portugal se tornou maior no Brasil do que em outras colônias portuguesas, e por isso a censura de livros foi intensificada no Brasil.

421

As três repartições, o Santo Ofício, o Ordinário e o Desembargo do Paço, na regência de D. José I, sob influência do Marquês de Pombal, foram unificadas em uma única junta, formada por Censores Régios. Mas, elas foram insuficientes

Concílio de Trento, publicou-se em Portugal o *Index Romano*, contendo o rol de livros proibidos pela igreja” (p. 133). A estudiosa retorna ao governo de D. Sebastião para explicar que, na época de seu governo, ele impediu a publicação de livros que não tivessem aprovação da Mesa do Desembargo do Paço, órgão régio de maior poder. Mesmo os livros que tivessem as licenças recebidas do Santo Ofício e do Ordinário não passariam despercebidos pelo censor de total responsabilidade do rei. Conforme a pesquisadora, esse sistema ficou conhecido como tripartido de censura, pois no sistema do Santo Ofício e do Ordinário atuavam os representantes do poder civil e o bispo, mantendo o controle sobre a difusão das ideias políticas e religiosas que ameaçassem a Monarquia e a Igreja Católica de Portugal.

para impedir a circulação de alguns livros proibidos, que circulavam clandestinamente em Portugal e no Brasil Colônia. A pesquisadora Leila Mezan Algranti declara que “em 18 de Maio de 1768, um regimento extremamente detalhado estabeleceu todas as atribuições da Real Mesa Censória e suas normas de funcionamento” (2004, p. 135). A censura real portuguesa tinha como objetivo instaurar o total domínio do poder da Igreja, declarando a leitura dos livros proibidos como algo perigoso.

A estratégia utilizada pela Monarquia Portuguesa foi a mesma do Antigo Regime francês e inglês, proibindo os livros considerados perigosos para os poucos leitores da Colônia portuguesa, representados pelos letrados nobres. Em Portugal e em suas colônias, especialmente o Brasil, a censura de livros sofreu um maior impacto na vida social e cultural de seus habitantes. A justificativa para tamanha proibição era que os livros subversivos tinham

o poder de alterar comportamentos, atribuído à leitura [...]. O problema advinha do fato de que os livros não ensinavam apenas atitudes recomendáveis. Eles corrompiam a inocência, afastavam da virtude, favoreciam o crime, pois as pessoas queriam transportar para a vida real aquilo que leram nos livros. [...]. O terreno da moral é contíguo ao da religião e nesse campo também fortes empreendimentos foram levados a cabo no sentido de afastar os homens da leitura (ABREU, 1999, p. 12).

A leitura de livros imorais, portadores de ideias perigosas, predominou tanto na Metrópole, quanto no Brasil Colônia, governados por uma tradição católica e monárquica ao longo dos séculos. Os livros listados como impróprios para a leitura poderiam conter ideias perigosas contra os soberanos absolutistas e a autoridade eclesiástica. Era permitida a circulação apenas de obras clássicas, compostas pelos cânones latinos e gregos: Ovídio, Virgílio, os tratados de retórica e de poética, dicionários, livros de direito e os livros de questões religiosas e os métodos para o ensino das *belas-letras*. Outra razão das proibições dos livros foi o pensamento de que as leituras de livros portadores de ideias perigosas faziam mal à alma e à saúde. Essas justificativas eram

empregadas para “afastar as pessoas da leitura”, formuladas pelos poderes régio e religioso, confirmadas por médicos da época.

Márcia Abreu, em seu livro *Os caminhos dos livros* (2003), ressalta que a movimentação de livros enviados para a América portuguesa, foi mais intensa do que entre as próprias cidades portuguesas, superando a quantidade de livros enviados para outras Colônias. Os dados foram confirmados quando se notou que a quantidade de autorização de livros enviados de Portugal para o Brasil, durante os anos de 1769 e 1826, era altíssima. Nesses anos, de acordo com Abreu, foram registrados por volta de 700 pedidos de autorização para envio de livros para o Rio de Janeiro, mais 700 para a Bahia, 350 para o Maranhão, 200 para o Pará e mais 700 para Pernambuco e demais províncias, como Ceará, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Sul, São Paulo e Mato Grosso, porém em menor quantidade.

Uma observação bastante relevante, feita por Laurence Hallewell (1985), foi que muitos escritos de autores lusos foram impressos em Portugal, durante o século XVIII. Entre os livros impressos e publicados estavam os do poeta Claudio Manoel da Costa, em Coimbra, no ano de 1768, mais os livros de Gaspar da Madre de Deus, José de Santa Rita Durão, Domingos Caldas Barbosa, Manuel Inácio da Silva Alvarenga e José Basílio da Gama, este com o seu *O Uruguai*, de 1769, uma das primeiras obras da Imprensa Régia em Portugal. O poeta Thomaz Antônio Gonzaga teve o seu famoso poema *Marília de Dirceu* impresso em “quatro edições em Lisboa, entre 1772 e 1800, um das quais vendeu 2.000 exemplares em apenas seis meses [...]. Com suas 34 edições, em Portugal e no Brasil, em meados do século XIX, foi o primeiro ‘best-seller’ brasileiro” (HALLEWELL, 1982, p.23).

No período anterior à chegada da Família Real ao Brasil, “foram remetidos de Portugal 1.328 livros de belas-letas equivalentes a 519 títulos diferentes” (ABREU, 2003, p. 27). O maior fluxo de livros se concentrava na cidade do Rio de Janeiro. Dentre esses livros, a estudiosa faz uma tabela com os títulos de

belas-letas mais solicitados em requisições emitidas à censura portuguesa entre os anos de 1769 e 1807, todos enviados ao Rio de Janeiro. No topo da lista se encontrava *Les Aventures de Télémaque*, de François de Salignac de la Mothe-Fénelon, na quantidade de 38. Em segundo lugar, *Night Thoughts on Life Death and Immortality*, Edward Young, 24 exemplares remetidos. No terceiro lugar, a obra *Selecta Latini Sermonis exemplaria e Scriptoribus Probatissimis*, Pierre Chompré, com 22 exemplares. Em quarto, *Histoire de Gil Blas de Santillane*, Alain René Lesage, 21 exemplares. E no quinto lugar se encontrava *Le Voyageur François ou la connoissance de l'ancien et Du nouveau monde* de Joseph de Laporte, 19 exemplares. Em sexto lugar, *Meditations and Contemplations* de James Hervey, com 18 exemplares. Em sétimo lugar, *El Ingenioso Don Quixote de la Mancha*, de Miguel de Cervantes e outros livros, com 15 exemplares. As *Fábulas* de Esopo e as obras de Luís Vaz de Camões estavam em décimo lugar, com 11 exemplares entre outros.

Entre os pedidos de obras das belas-letas, existiu uma importante permanência da prosa ficcional. Elas foram as que mais se destacaram na Colônia, principalmente as de publicação francesa. A prosa ficcional de publicação francesa tinha uma maior preferência entre o incipiente leitor colonial. Abreu acrescenta que durante os anos de 1769 e 1807, dos dezoito títulos mais requeridos à Real Mesa Censória para o envio ao Rio de Janeiro, oito eram de narrativas em prosa, dentre elas, quatro francesas, três portuguesas e uma traduzida. Márcia Abreu certifica-se que, após a chegada da Família Real, em 1808,

Intensificaram-se as remessas com o envio de 3.003 livros relativos a 851 diferentes títulos. A expressividade dos números reforça-se quando são comparados com as requisições relativas à cidade do Porto, uma notável exceção no contexto português, registrando uma forte entrada de livros em praticamente todos os anos [...] (ABREU, 2003, p. 27-28).

Com a vinda do príncipe regente D. João VI, e de sua corte, ao Brasil Colônia, ocorreram mudanças na vida social e intelectual dos habitantes do Rio de

Janeiro e, também, na estrutura das principais cidades, estimulando a instalação de livrarias e a criação da Biblioteca Real. Com a chegada da Família Real foi uma ampla entrada de livros de diversos autores, fazendo com que houvesse um avanço muito rápido no comércio livreiro e, sucessivamente, uma ampliação na circulação de títulos na Colônia. Os números registrados comprovaram uma significativa entrada de títulos, ultrapassando as requisições das cidades portuguesas, inclusive a do Porto. Até 1826, foram enviados ao Rio de Janeiro mais 800 títulos. O aumento de circulação dos livros no Brasil atingiu 56%, equivalendo a 487 títulos, enviados em uma única vez. Entre esses números se encontravam os livros mais procurados pelos leitores. Veja-se os títulos que mais fizeram sucesso na Colônia, entre os anos de 1808 e 1826, de acordo com a pesquisa de Márcia Abreu em *Os caminhos dos livros* (2003).

No topo da lista, permaneceu *Les aventures de Télémaque*, François de Salignac de la Mothe-Fénelon, com a quantidade de 65, conquistando definitivamente o leitor. Em segundo lugar *Les mille et une nuits*, de Antoine Galland, e *Selecta latini sermonis exemplaria e scriptoribus probatissimis*, de Pierre Chompré, as duas obras com 55 exemplares. A *Histoire de Gil Blas de Santillane* de Alain René Lesage, nos anos de 1808 até 1826, mudou de posição. Em 1807, estava no quarto lugar. Após este ano, foi para o terceiro lugar, com 50 exemplares. Nessa lista, elaborada por Márcia Abreu, nota-se a entrada das obras literárias de Maria Barbosa du Bocage, com 39 exemplares, ocupando o sexto lugar. Em décimo lugar, encontrava-se *Marilia de Dirceu*, de Thomas Antonio Gonzaga, e *O piolho viajante*, de Antonio Manuel Policarpo da Silva, ambas com 28 exemplares. Diante desses números, percebe-se o quanto houve uma mudança no gosto do leitor ao longo dos anos de 1769 a 1826. Alguns livros não foram mais requeridos e outros se tornaram livros de cabeceira do incipiente leitor.

Jorge Araujo (1999), afirma que o livro começou a ser impresso, de forma sistemática, com o estabelecimento da corte portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, e com a criação da Imprensa Régia, instalada e inaugurada, oficialmente, em 13 de maio de 1808, permitindo a existência de publicações regulares

nacionais, negócios com livros e publicações, sem que se dependesse exclusivamente da importação de livros estrangeiros em grande quantidade, vindos de Portugal, da França ou da Inglaterra. Com a instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro, existiu uma necessidade de permitir a impressão, pois o governo necessitava de uma impressora no Brasil para imprimir os documentos reais, como, por exemplo, portarias e decretos, além de cartazes, panfletos, sermões, entre outros, e também para auxiliar a expansão da educação pública na Colônia.

A partir de 1808

O Rio de Janeiro, sede da Monarquia Portuguesa e em outras partes da Colônia, ingressava em novo estágio de cultura literária, se a tentarmos para as listas dos livros à espera de liberação da censura na alfândega da cidade. [...] Com a chegada da Corte, a sede do governo viveu uma situação singular nas primeiras décadas do século XIX, capaz de atrair tanto os responsáveis pelo comércio legal de livros, como os que se envolviam no tráfico ilícito. Os grandes carregamentos que chegavam no porto carioca poderiam bem destinar-se posteriormente a outras localidades, servindo a cidade de centro distribuidor, embora houvesse também a comercialização direta entre outras cidades e livreiros estrangeiros, como era o caso da Bahia, por exemplo (ALGRANTI, 2004, p. 161).

Com a chegada da Família Real e com a instalação da Imprensa Régia, ocorreu uma ampliação nas publicações e no mercado de livros na Colônia, sobretudo no Rio de Janeiro, ocorrendo “[...] um aumento lento, mas constante, do número de livrarias, que passaram de duas em 1808 para cinco em 1809, sete em 1812 e doze em 1816” (HALLEWELL, 1985, p. 33). Vale lembrar que a Imprensa Régia foi mais um fator fundamental para ampliar o universo da leitura no Brasil Colônia, além da inauguração da Biblioteca Real e do comércio que vendiam livros. Durante esses anos, se intensificou nas principais cidades da Colônia, a abertura de mais livrarias. Muitas foram utilizadas como espaço de leitura, apesar da precariedade estrutural. No entanto, mesmo com a instalação da imprensa na capital, a censura continuou inserida na Colônia, pois, no Governo de D. João VI, permaneceram as proibições de livros em defesa

da moral e da religião, atribuindo-se aos censores poderes para listar os livros a serem julgados como imorais, entre eles, os romances e as novelas.

Leila Mezan Algranti faz uma observação bastante pertinente em relação às proibições de romance e de novelas na Colônia, e sobre a confusão que os censores faziam para liberar alguns romances listados como impróprios para os leitores da época. Os censores não entravam em acordo entre si para proibir alguns romances, deixando que muitos deles, classificados como imorais pela Mesa do Desembargo do Paço, passassem pela censura. Os censores não possuíam critérios definidos para proibir alguns romances. Eles acreditavam que, quanto mais proibidos eram os romances, mais despertavam a curiosidade dos leitores, incluindo o público feminino. A censura preferia deixá-los circular para não aumentar a procura.

O primeiro romance a ser publicado pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro foi *O diabo coxo*, de Alain René Lesage. Este romance não era considerado apropriado para os leitores da época, segundo a censura de impressão e de circulação de livros, e a despeito de não “ser o autor mais indicado para o deleite de mulheres católicas e de boa família” (PRADO, *apud* ALGRANTI, 2004, p. 157), foi impresso e circulou pela capital, apesar das restrições. Outros romances, também, não eram aconselháveis pela censura, mas foram publicados, juntamente com os *romances morais* pela Imprensa Régia, em pleno governo de D. Joao VI, dentre eles, *Paulo e Virgínia* (1811), de Bernardin de Saint-Pierre, *A história de dois amantes* ou *Templo de Jatab* (1811), de Claude Godard D’Aucour; *As cartas de Abelardo e Heloísa*, de Étienne Gilson; *As duas desafortunadas* (1815), de Jean François Marmontel; *Triste efeito de uma infidelidade* (1815) e *O castigo da prostituição*, os dois últimos de autores desconhecidos, publicados pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro em 1815. Todos eles impróprios para os leitores, principalmente para as leitoras, conforme as concepções religiosas e políticas da época. A leitura desses livros poderia violar a moral e difamar os bons costumes das mulheres e de toda a

família. Geralmente, a maioria dos romances e novelas² era de origem francesa. O leitor estava sendo seduzido pelas publicações francesas, apesar das restrições.

Leila Mezan Algranti acredita que a liberação desses romances para os livreiros e comerciantes aconteceu devido à falta de acordo entre os próprios censores, já que uns achavam que os romances abordavam questões de pouca importância. Alguns censores mal informados entendiam que os assuntos abordados nesses romances e novelas não poderiam infringir os bons costumes e a moral dos leitores. Enquanto outros viam neles uma ameaça para o bom comportamento de quem poderia lê-los, à época. A discordância entre os censores facilitou a circulação dos romances citados acima na Colônia. As tentativas dos livreiros e comerciantes em burlar os agentes da censura, fazendo com que os livros censurados chegassem a um leitor, apaixonado por romances, foram fatores importantes, que contribuíram para um maior fluxo dos romances na Colônia.

428

Laurence Hallewell, explica que “durante o período de quatorze anos de monopólio das impressões no Rio de Janeiro, foram produzidos bem mais de mil itens. Rubens Borba de Moraes diz que foram mais de 1.250, mas pudemos descobrir apenas 1.173 [...]” (HALLEWELL, 1985, p. 37). Ele afirma ainda que, ao longo dos anos de 1808 até meados de 1822, ocorreu um “súbito aumento das publicações no Brasil que se seguiu ao fim da censura” (p. 37). Ao continuar abordando essas questões, Hallewell explica que, em 1821, foi abolida a censura, extinguindo-se também, o monopólio da Imprensa Régia no Rio de

² Segundo Massaud Moisés, em *Dicionário de termos literários* (1994, p. 452), citando o conceito de Henri James, a palavra romance designa uma forma literária universalmente considerada “a mais independente, a mais elástica, a mais prodigiosa de todas”. O romance pode-se assinalar características que o tornam distinto do conto e da novela. Estruturalmente, o romance caracteriza-se pela pluralidade da ação, ou seja, pela coexistência de várias células dramáticas, conflitos ou dramas. Em princípio não há limite para número de células dramáticas que concorrem para a organização do romance. De modo genérico, o romance apresenta menos células dramáticas do que a novela. Esta pode estender-se para além do derradeiro episódio, ao passo que o romance termina completamente na última cena. Na perspectiva da macroestrutura, a novela é aberta ao epílogo, enquanto o romance é mais fechado.

Janeiro, com objetivo de ampliar as publicações que não fossem exclusivamente documentos do governo. A intenção era publicar livros e folhetos, estes de diversos assuntos nacionais, já que, nesse período, o Brasil estava passando por mudanças políticas. Crescia o interesse pela política internacional e pela independência do país.

Com o fim do monopólio e com a política de liberação das impressões, ocorreu o crescimento de tipografias privadas e de livrarias, dentre as quais, Laurence Hallewell destaca a de “Manuel Joaquim da Silva Porto, livreiro e poeta que havia traduzido *Phèdre* de *Racine* e que fora anteriormente tipográfico da Imprensa Régia”. Ele se tornou “o primeiro livreiro da cidade com tipografia própria” (HALLEWELL, 1985, p. 45). Além do aumento de tipografias e do comércio de livros, houve também uma grande invasão de livros franceses no Brasil, principalmente os romances, como abordado acima, através da pesquisa de Márcia Abreu.

O leitor e o sistema literário brasileiro

Com a liberação da imprensa no Brasil no início do século XIX, o livro adquiriu no Brasil um significado importante para a educação pública, na formação sociocultural e religiosa, apesar de ter sido produzido muito tardiamente. As pesquisadoras Marisa Lajolo e Regina Zilberman, em *A formação da leitura no Brasil*, afirmam que, da segunda para terceira metade do século XIX, cresceu o número de livrarias, gráficas e editoras na Corte do Rio de Janeiro, um público leitor mais distante seria atingido posteriormente, sobretudo, por intermédio de um serviço de transporte regular de vapores entre o Rio de Janeiro e todas as províncias marítimas do Brasil no ano de 1839.

A partir da instalação da Imprensa Régia brasileira, deu-se uma reviravolta na quantidade e na qualidade das obras introduzidas no Brasil, mesmo aquelas que constavam das listagens de livros proibidos, seguindo os controles e critérios

das autoridades portuguesas, que passaram a circular com mais facilidade. O público leitor se limitava às leituras de folhetins semanais, incluindo os romances franceses, divulgados pelos livreiros nos principais periódicos do Rio de Janeiro: o *Correio Braziliense*, a *Gazeta do Rio de Janeiro* e o *Jornal do Commercio*, entre os anos de 1808 e 1844.

Com o rompimento colonial, através da política de independência, unindo-se a “literatura à política permitiu [-se] o primeiro contato vivo do escritor com os leitores e auditores potenciais” (CANDIDO, 1973, p. 79). Os próprios escritores atuavam como criadores, transmissores e receptores de suas obras literárias, limitando suas produções a um menor público. Candido (1973) observa que o fim do século XVIII foi a fase que precedeu “a Independência para podermos avaliar como se” esboçaram “os elementos característicos do público e da posição social do escritor, definindo-se os valores de comunicação entre ambos” (CANDIDO, 1973, p. 78). Em relação à posição social do escritor, ele passou a ter consciência individual e grupal de seu papel na sociedade brasileira, reconhecendo-se como cidadão responsável em difundir ideias político-culturais e literárias em sua pátria.

Para o crítico Antonio Candido, em *Literatura e sociedade*, no capítulo, “O escritor e o público”:

A posição do escritor e a receptividade do público [foram] decisivamente influenciadas pelo fato de a literatura brasileira ser então encarada como algo a criar-se voluntariamente para exprimir a sensibilidade nacional, manifestando-se como ato de brasilidade. Os jovens românticos da *Niterói* [foram] em primeiro lugar patriotas que deseja[vam] complementar a Independência no plano estético; e como os moldes românticos previam tanto o sentimento de segregação quanto o de missão - que o compensa[va] - o escritor pod[ia] apresentar-se ao leitor como militante inspirado na idéia nacional (CANDIDO, 1973, p. 80).

O sentimento de Independência foi um marco para que os jovens escritores românticos pudessem lançar os ideais de nacionalismo em suas produções literárias, como também iniciar a construção do Estado nacional, havendo a

necessidade de elaborar uma historiografia literária capaz não somente de justificar a existência de uma literatura brasileira, mas de refletir e apontar suas características e suas especificidades. Nesse momento de inovação político-cultural e literário, os escritores passaram a produzir, pensando em um público leitor. Por isso, suas produções estavam voltadas ao gosto do leitor e das leitoras, com histórias românticas, sentimentais e de exaltações à natureza local, bem expressivas nas primeiras produções poéticas. Antonio Candido, em *Formação da literatura brasileira* (2009), com destaque ao capítulo *A consciência literária*, demonstra que de Ferdinand Denis a Ferdinand Wolf, de Gonçalves Magalhães, passando por Francisco Adolfo de Varnhagen, com a colaboração de muitos outros escritores, idealizou-se uma tradição histórico-literária. Este foi importante papel ideológico na construção do sistema literário brasileiro e na formação de um novo público leitor, fiel às produções românticas.

Candido (2009) aponta que os anseios dos jovens românticos para criarem um movimento literário nacional tiveram como principal perspectiva a afirmação da autonomia brasileira. A crítica romântica baseava-se na teoria do nacionalismo literário, abordando temas como o estabelecimento de uma genealogia literária, investigação das características poéticas, dos aspectos locais, geográficos e culturais, como estímulos para a atividade criadora dos autores da época, assim, chamando a atenção do público leitor para as produções nacionais. O mesmo Candido, em *Literatura e sociedade*, argumenta:

O nativismo e civismo foram grandes pretextos, funcionando como justificativa da atividade criadora; como critério de dignidade do escritor; como recurso para atrair o leitor e, finalmente, como valores a transmitir. Se as edições dos livros eram parcas, e lentamente esgotadas, a revista, o jornal, a tribuna, o recitativo, a cópia volante, conduziam as suas idéias ao público de homens livres [...] (CANDIDO, 1973, p. 80).

Os escritores utilizavam o tema do nativismo e do nacionalismo em suas produções poéticas e prosas para atrair um maior número de público e, assim, através das revistas, dos jornais e das cópias que circulavam facilmente, os

textos poderiam ser vendidos, esgotados e lidos rapidamente. Antonio Candido acrescenta também que a criação e a difusão da literatura designada pelo nome de sentimentalismo, assim como, “a melancolia, a nostalgia, o amor à terra foram tidos como próprios do brasileiro; foram considerados nacionais a seu modo, de valor cívico, e frequentemente inseparáveis do patriotismo” (CANDIDO, 1973, p. 80). O sentimentalismo exagerado, o saudosismo, a melancolia, a nostalgia e o amor à terra seriam elementos considerados por muitos prosadores e poetas românticos, fundamentais para o sucesso das produções literárias e para conquistarem o público leitor que se identificava com esses tipos de produções. O crítico explica ainda que

O escritor brasileiro guardou sempre algo daquela vocação patriótico-sentimental, com que justificou a princípio a sua posição na sociedade do país autonomista, e logo depois independente; o público, do seu lado, sempre tendeu a exigí-la como critério de aceitação e reconhecimento do escritor. [...], *a cor local, a exibição afetiva, o pitoresco descritivo e a eloquência são requisitos mais ou menos prementes*, mostrando que o homem de letras foi aceito como cidadão, disposto a falar aos grupos; e como a mente da terra, pronto a celebrá-la com arroubo [...] (CANDIDO, 1973, p. 82, grifos nossos).

A cor local, a “exibição afetiva” e outros elementos de inspiração citados acima, eram considerados pela crítica romântica como elementos essenciais para a formação de uma literatura genuinamente nacional. Essa concepção de nacionalismo foi duramente criticada por Machado de Assis, que via no sentimento exagerado, na descrição da terra, na exaltação exterior da fauna e da flora apenas uma forma de descrição. Para Machado, na literatura brasileira atual, desde o arcadismo até o romantismo, havia “ausência às vezes de gosto, carências às vezes de reflexão e pausa, língua nem sempre pura, nem sempre copiosa, muita cor local, eis aqui por alto os defeitos e as excelências da atual literatura brasileira [...]” (ASSIS, 2008, p. 124). O crítico discute, ainda, que “as obras de Basílio da Gama e Durão quiseram antes ostentar certa cor local do que tornar independente a literatura brasileira, literatura que não exist[ia] ainda, que mal poder[ia] ir alvorecendo [...]” (ASSIS, 2008, p. 107). Machado de Assis defendia então um projeto de literatura nacional e da identidade nacional diferente do projeto dos escritores românticos.

Na *Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade*, publicado originalmente na revista *O Novo Mundo* em 24 de março de 1873, Machado defende com excelência um projeto de literatura nacional, buscando definir o “caráter nacional”³, tão discutido na época. Essas duas questões precisavam ser analisadas e avaliadas para produzir uma boa literatura nacional e para a independência da nação, de seu povo e de sua literatura. Para Machado de Assis, em *O ideal do crítico* (2008), os poetas e prosadores se inspiravam na “cor local” e no “nativismo”, dando forma e fisionomia ao pensamento nacional e, no entanto, a literatura brasileira ainda não estava independente dos modelos europeus.

A historiografia literária foi usualmente apresentada, como uma unânime profissão de fé nacionalista, tendo olhos para a grandiosidade do Brasil, cuja natureza privilegiada e história heroica foram promessas e garantias de uma literatura rica e destinada à glória futura. Tal pensamento não era o único da literatura brasileira, formulada na época. Machado de Assis, crítico, se opôs aos símbolos de entusiasmo e ufanismo. O mesmo autor defendia que o texto literário teria que apresentar aquele “sentimento íntimo”, ou seja, aquela carga subjetiva alimentada pelo comportamento de um povo e de uma nação. E não como faziam alguns escritores nos romances e, principalmente, na poesia, que simplesmente emulavam os modelos europeus tais como eram, esquecendo-se das influências nacionais.

O pensamento crítico de Machado de Assis, entre outras contribuições, procurou rever o princípio romântico da “cor local”, exaltado na poesia de estilo romântico. Ele argumentava que o “caráter nacional” das manifestações literárias não se definia por evidências exteriores, mas por meio de elementos próprios que exprimissem a nação. Machado entendia que, além da presença

³ Atualmente a definição “caráter nacional” foi trocada pela expressão “identidade nacional”, pois, segundo Marilena Chauí, em seu texto: “A nação como Semióforo” (2001), a definição “caráter nacional” representa algo fixo, parado, sem transformações.

de elementos locais, os escritores tinham que olhar para a cultura, o povo, a língua, gestos, tradições, costumes, natureza brasileira, palavras, mitos, lendas, como referência para a valorização da literatura nacional.

Assim como Machado de Assis, outros críticos e escritores brasileiros, como Capistrano de Abreu, Manuel de Oliveira Lima, Araripe Junior, Silvio Romero, José Veríssimo, buscaram configurar um “espírito nacional” da formação do sistema literário brasileiro, apesar das divergências de ideias e de conceitos. Esses críticos constituíram referências no campo dos estudos literários na passagem do século XIX para o XX. Desde então, os autores brasileiros tiveram como missão a construção da identidade nacional, segundo uma consciência histórica imperativa, considerada como um critério positivo para a construção do sistema literário brasileiro.

Antonio Candido esclarece, em *Literatura e sociedade*, que “[...] no primeiro quartel do século XIX esboçaram-se no Brasil condições para definir tanto o público quanto o papel social do escritor em conexão estreita com o nacionalismo” (1973, p. 80). O teórico continua afirmando que o “escritor e o público definiram-se em torno de duas características decisivas para a configuração geral da literatura: retórica e nativismo, fundidos no movimento romântico” (p. 80). A relação do escritor com o público se fortaleceu no momento da evolução do pensamento nacionalista e da literatura. Os escritores mais conscientes do seu papel visavam a uma receptividade do público leitor para com a literatura nacional.

Pelas leituras em voz alta os escritores conseguiram atingir um público numeroso enquanto se discutiam a formação de uma literatura nacional. De fato, a leitura era feita, coletivamente, para limitados “auditórios domésticos”. Na leitura em voz alta, incluíam-se os contos de Machado de Assis, os textos de José de Alencar, este chamado de “célebre” nas leituras em voz alta, “caseiras”, para um público iletrado. Os próprios escritores faziam a leitura de seus textos para um determinado público ouvinte. No entanto, os

escritores da segunda metade do século XIX, tinham uma preocupação de que seus textos fossem comprados, distribuídos e lidos, tanto pelo público leitor feminino, quanto pelo público leitor masculino, e geralmente, esse público pertencia a burguesa letrada brasileira.

Mesmo com um público leitor ainda pequeno, restrito a um grupo da elite, os escritores do século XIX necessitavam de uma participação maior do leitor para a circulação de suas obras literárias. Por isso, a preocupação em ampliar o número de leitores se tornou importante ao longo dos séculos, tanto para o sucesso dos textos literários, quanto para o reconhecimento do escritor na sociedade. Porém, mesmo com a independência e com a chegada do progresso, no século XIX, as condições de leitura no Brasil, ainda se encontravam limitadas, dificultando o crescimento do público leitor na sociedade.

Nesse sentido, a divulgação do texto literário e a maior parte do público leitor brasileiro estavam centrados no Rio de Janeiro, capital. Na época, havia uma distância entre o escritor da capital e os poucos leitores de outras regiões do Brasil, impedindo que os textos literários alcançassem um maior público leitor. A dificuldade da literatura brasileira em alcançar o público leitor foi notada e registrada pelos primeiros escritores brasileiros, fossem eles poetas ou literatos: “todos lastimavam a pouca estima e mesquinha recompensa do gênio que, parece, acreditavam ter e do despreço do seu trabalho literário” (VERÍSSIMO, 1961, p. 140-141). A dificuldade dos escritores em expandir o alcance dos seus textos literários foi atribuída à baixa intensidade dos seus escritos, como também ao desinteresse pela literatura por parte do público leitor. Outra questão, além dessa, foi a concorrência desleal com as produções literárias estrangeiras. Com o passar dos anos, os homens das letras começaram a conscientizar-se das circunstâncias reais do país e das restrições impostas à atividade intelectual pela ausência de um público leitor numeroso.

Ao longo do século XIX, tanto José de Alencar, Machado de Assis, Aluísio Azevedo, como outros escritores brasileiros estavam frustrados com o pequeno

número de leitores e as dificuldades de circulação de suas obras. Aluísio Azevedo, inconformado com a falta de leitores, fez uma declaração sobre o “minguado” público leitor de sua época. Para Hélio de Seixas Guimarães, com a declaração de Aluísio de Azevedo, pode-se notar que o número de leitores específicos de textos literários era escasso, mais uma preocupação para os escritores, levando em consideração os níveis de analfabetismo pesquisado pelo censo de 1872. Os resultados foram decisivos para provocar indignações nos escritores brasileiros, nos jornalistas e nos críticos literários. Os autores enfrentavam a preferência do pouco público leitor pelas obras estrangeiras, dificultando à circulação das obras nacionais.

Portanto, tornaram-se mais evidentes as proporções diminutas do leitor de literatura no Brasil Oitocentista, fazendo com que os escritores brasileiros, entre eles Machado de Assis, tivessem conhecimento da falta de leitores de literatura. De acordo com Márcia Abreu, no livro *Leitura, história e história da leitura*, os escritores brasileiros tinham a “ambição de formar ‘o seu’ público leitor especial, com um bom índice de cultura geral”. Assim, os “homens de letras” tinham a preocupação de apresentar ao leitor “um repertório da sua melhor literatura” (ABREU, 1999, p. 492). A busca da formação de um novo público leitor se tornou imprescindível para ampliar e fortalecer os horizontes da literatura nacional.

Considerações finais

A conjuntura política, social, econômica e cultural, durante a colonização portuguesa no Brasil, impediu o desenvolvimento da impressão e do acesso da maior parte da população à instrução escolar pública, prejudicando o contato com os livros e, portanto, a leitura. No século XVIII havia uma maior circulação de livros no Brasil Colônia, bem mais do que nos séculos anteriores, mas somente livros sagrados ou doutrinários utilizados pelos padres jesuítas para a

educação formal e religiosa dos jovens. Mesmo assim, esses livros passavam por uma inspeção feita pela censura real ou da Igreja Católica.

O século XIX representou uma nova disseminação das práticas de leitura em razão de investimentos na alfabetização no Brasil, apesar de pequena, o que abarcou tanto as classes urbanas das principais capitais brasileiras. Apesar dos poucos avanços na educação formal, no Brasil, ocorreu um maior consumo da cultura impressa, surgindo novas classes de leitores: as mulheres. As mulheres se tornaram consumidoras de livros de culinária, revistas femininas e romances, principalmente aqueles que traziam histórias de amor para ocupar o tempo ocioso.

Tornaram-se mais evidentes as proporções diminutas do leitor de literatura no Brasil Oitocentista, fazendo com que os escritores brasileiros, entre eles Machado de Assis, tivessem conhecimento da falta de leitores de literatura. Os escritores brasileiros de estilos românticos ou realistas ambicionavam o seu público leitor. A busca da formação de um novo público leitor se tornou imprescindível para ampliar e fortalecer os horizontes da literatura nacional. Os escritores e críticos literários brasileiros buscaram modificar a imagem que se fazia do Brasil, com a elaboração de uma história literária, com produções genuinamente nacionais, que demonstrasse a ideia da inteligência nacional e, sucessivamente, a formação de um novo tipo de leitor para os romances e poesias nacionais.

Por fim, o mercado da cultura impressa foi ampliado para atender ao gosto de novos leitores. Novas habilidades de ler ressurgem de forma fragmentada. A leitura passou a ser feita de modo individual, solitária, silenciosa, dentro e fora das escolas, dentro ou fora dos gabinetes de leitura. A nova figura do leitor adquiriu novas maneiras de ser e de ler. O leitor não é mais caracterizado como passivo dos textos lidos. Além de ler diversos gêneros, ele também será visto pelos escritores e livreiros como um consumidor que passou a fazer exigências do que quer comprar e ler.

Referências:

- ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 1999.
- ABREU, Márcia (Org.). *Os caminhos dos livros*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.
- ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de devoção, atos de censura: ensaios de história do livro e da leitura na América portuguesa (1750-1821)*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- ARAUJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial*. Salvador: UFBA, 1999.
- ASSIS, Machado de. Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade. In: _____. *Obra Completa de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. III.
- ASSIS, Machado de. *O ideal do crítico*. Organização de Miguel Sanches Neto. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- CANDIDO, Antonio (Org.). *Sílvio Romero: teoria, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Fapesp, 2009.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 3. ed. revista. São Paulo: Nacional, 1973.
- GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século XIX*. São Paulo: Nankin, 2004.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. Tradução de Maria da Penha Villalobos e Lolio Lourenco de Oliveira. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.
- LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1996.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A leitura rarefeita: leitura e livro no Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.
- MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.
- VERISSIMO, José. *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira, 1601, a Machado de Assis, 1908*. Brasília: Universidade de Brasília, 1961.